RESOLUÇÃO CGM N.º 397, DE 01 DE JULHO DE 2002

O CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais, e

Considerando que a autorização de despesas é ato formal dos ordenadores principais e secundários e constitui fase distinta da apropriação ao orçamento anual que decorre da formalização mediante emissão de nota de empenho,

RESOLVE:

Art. 1º. No caso de obrigações de despesa a serem apropriadas ao orçamento de mais de um exercício, o montante da Nota de Autorização de Despesa - NAD será o valor total do compromisso assumido, devendo constar o valor correspondente à apropriação ao orçamento do exercício financeiro da emissão e o restante será apropriado aos orçamentos subseqüentes.

Parágrafo Único. A NAD emitida na forma desta Resolução corresponde ao ato de autorização previsto nos artigos 58 e 60 da Lei 4.320/64, enquanto a Nota de Empenho representa a formalização da obrigação de despesa correspondente.

Art. 2º. Em consequência da regra estabelecida no artigo 1º não é necessária a emissão de nova NAD para apropriação dos exercícios subseqüentes, salvo se ocorrerem mudanças na Natureza da Despesa ou acréscimos no valor original contratado, hipóteses em que deverão ser emitidas NADs de retificação de tais dados ou complementares, conforme o caso.

§1º. A previsão do caput aplica-se também às despesas de caráter continuado.

§ 2º. Quando as despesas já tiverem sido autorizadas, os órgãos e entidades da Administração Municipal devem apenas cumprir a fase de formalização do empenho com a emissão da respectiva Nota que será o documento hábil para a dedução e apropriação das despesas à conta do orçamento a que se referem.

§ 3º. Caso ocorra substituição do ordenador, as NADs já emitidas poderão ser retificadas ou ratificadas pelo novo ordenador.

Art. 3º. Compete às Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria bem como aos órgãos equivalentes da Administração Indireta, quando da emissão da Nota de Empenho por parte da Secretaria ou órgão, verificar a compatibilidade entre a autorização de despesa inicial e o valor das respectivas notas de empenho, orientando, quando for o caso, a emissão de NAD complementar ou a respectiva anulação.

Parágrafo Único. As Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria e órgãos equivalentes da Administração Indireta deverão acompanhar, por intermédio de relatórios gerados pelo sistema FINCON e utilizando técnicas de auditoria, a compatibilidade entre os valores das autorizações de despesas informados ao sistema e as respectivas publicações.

Art. 4º. O sistema FINCON deverá fornecer relatórios de todas as NADs que se refiram a compromissos que ultrapassem o exercício financeiro indicando:

- a) programa de trabalho, natureza da despesa e fonte de recursos;
- b) número do processo e o beneficiário da autorização da despesa;
- c) valor total inicial e os eventuais acréscimos, bem como a distribuição dos compromissos para os anos subseqüentes.

Art. 5º. Em função do disposto nos art. 4º, 5º, 8º, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, anualmente, quando do início dos procedimentos para elaboração do orçamento do exercício seguinte, o sistema Fincon disponibilizará relatórios das obrigações diferidas segundo as NADs emitidas e que comprometam exercícios seguintes, previsto no artigo 4º, para conhecimento das Assessorias de Orçamento de cada Secretaria ou órgão e da Superintendência de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 6º. A Iplanrio, em conjunto com a Contadoria Geral e a Coordenadoria das Gerências Setoriais de Contabilidade e Auditoria serão responsáveis nas suas respectivas esferas de competência pela manutenção do sistema de acompanhamento e controle de NAD's, de modo a permitir a formação de um banco de dados de todos os compromissos que impactam os orçamentos dos exercícios futuros.

Parágrafo Único. Cabe a cada ordenador de despesa a responsabilidade de alimentação do sistema.

Art. 7º. As disposições desta Resolução aplicam-se também aos órgãos da Administração Indireta e Fundacional.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução CGM nº 246, de 27 de dezembro de 1999.